

Solar Irecê Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.364	12.376
Impostos a Recuperar	-	5	-
Adiantamento com Terceiros	-	-	149.787
Total ativo circulante		48.369	162.163
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	904.271	909.140
Arrendamento	6	1.168.483	1.823.213
Total ativo não circulante		2.072.754	2.732.353
Total ativo		2.121.123	2.894.516

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Solar Irecê Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores e contas a pagar	7	56.193	49.991
Obrigações tributárias	8	2.072	3.505
Passivo de arrendamento	6	1.894	64.805
Total passivo circulante		60.159	118.301
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	6	1.747.367	2.228.438
Total passivo não circulante		1.747.367	2.228.438
Patrimônio líquido			
Capital social	10	1.869.159	366.439
Prejuízos acumulados	10	(2.365.668)	(1.321.382)
Total patrimônio líquido		(496.509)	(954.943)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	810.106	1.502.720
Total patrimônio líquido e AFAC		313.597	547.777
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.121.123	2.894.516

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Solar Irecê Ltda.

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	-	-	-
Custo da geração de serviços	-	-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(950.957)	(690.678)
Total das despesas operacionais		(950.957)	(690.678)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(950.957)	(690.678)
Despesas financeiras	12	(93.542)	(136.657)
Receitas financeiras	12	279	-
Resultado financeiro líquido		(93.263)	(136.657)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.044.220)	(827.335)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(66)	-
Prejuízo do exercício		(1.044.286)	(827.335)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Solar Irecê Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	366.439	(494.047)	(127.608)	51.425	(76.183)
AFAC	-	-	-	1.451.295	1.451.295
Prejuízo do exercício	-	(827.335)	(827.335)	-	(827.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	366.439	(1.321.382)	(954.943)	1.502.720	547.777
AFAC	-	-	-	810.106	810.106
Integralização de capital	1.502.720	-	1.502.720	(1.502.720)	-
Prejuízo do exercício	-	(1.044.286)	(1.044.286)	-	(1.044.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.869.159	(2.365.668)	(496.509)	810.106	313.596

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Solar Irecê Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.044.286)	(827.335)
Ajustes por		
Depreciação e amortização	4.870	4.870
Amortização de direito de uso	26.571	30.770
Juros pagos sobre arrendamento mercantil	92.357	136.263
	(920.487)	(655.432)
Aumento (redução) nos passivos		
Adiantamentos	149.787	(149.787)
Impostos a recuperar	(5)	-
Fornecedores	6.202	48.327
Pagamentos de arrendamento direito de uso	(8.181)	(7.848)
Obrigações tributárias	(1.434)	3.367
	146.369	(105.941)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(774.118)	(761.373)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(678.006)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	-	(678.006)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	1.502.720	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(692.614)	1.451.295
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	810.106	1.451.295
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.988	11.916
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.376	460
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.364	12.376
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.988	11.916

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Solar Irecê Ltda. “Sociedade”, situada na Fazenda Uberlândia, S/N, Povoado Alegre, cidade de João Dourado, Estado da Bahia, foi constituída em 09 de novembro de 2015.

A Solar Irecê Ltda. tem por objetivo a geração de energia elétrica por meio da implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica Solar Irecê, e a consequente comercialização de energia elétrica gerada no Ambiente de Contratação Livre - ACL. O projeto está dimensionado para 73.600 kW de potência instalada, com previsão de início da operação comercial no segundo semestre de 2023. A previsão de instalação do projeto é 134,640 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta) módulos bifaciais, de potência nominal de 655 MWp.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 11.790 e prejuízo do exercício de R\$1.044.286 e ainda despenderá quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção do Empreendimento. A Companhia opera com base no pressuposto de continuidade operacional, encontra-se em fase pré-operacional e apresenta informações relevantes na nota de Eventos Subsequente nº14.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas Demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de junho de 2024.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários a vista e outros Investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido(s) de saldo de contas garantidas, as quais são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos” no passivo circulante.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e determinada no reconhecimento inicial dos Instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro a classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. A Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu reconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado. A Sociedade não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Sociedade realizou a análise da estimativa da taxa incremental referente ao contrato de arrendamento vigente, para o qual considerou a taxa de desconto de 6,65% a.a.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (MCPSE), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Sociedade os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 – “Arrendamentos”.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

3.7. Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

3.8. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2023

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1o de janeiro de 2023 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. A Administração avaliará no ano de 2024 os possíveis impactos, caso aplicável a Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		
Banco do Nordeste	1.057	12.376
Banco Itaú	47.307	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.364	12.376

5. Imobilizado

Taxa de depreciação	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Depreciação	Saldo 2023	Saldo 2022
Máquinas e equipamentos	48.700	(10.106)	38.594	43.464
Imobilizado em andamento (a)	865.676	-	865.676	865.676
Total do imobilizado	914.376	(10.106)	904.270	909.140

(a) O saldo do Imobilizado em andamento, são gastos com o projeto que serão alocados nos projetos, conforme a finalização da obra, conforme o projeto de engenharia.

A movimentação do imobilizado está sendo apresentada a seguir:

	2022	Adição	Baixas	2023
Máquinas e equipamentos	48.700	-	-	48.700
Imobilizado em andamento	865.676	-	-	865.676
Total do imobilizado	914.376	-	-	914.376
Depreciação	(5.236)	(4.870)	-	(10.106)
Total líquido	909.140	(4.870)	-	904.270

A Sociedade realizou a análise de *impairment* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não identificou indicativos de *impairment*.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

6. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2021, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental sobre empréstimos que foi calculada em 8,48% ao ano.

A Sociedade realizou contrato de arrendamento, para utilização da superfície da Fazenda Uberlândia, Paramirim e Casa Nova, com área total de 1.320,21 hectares, da qual a área de 166,39 hectares foi transferida à sociedade com o direito real da superfície para a implementação das instalações de energia solar e instalações de transmissão da Sociedade. O contrato realizado prevê o prazo para o direito de uso pelo período de 65 anos.

Durante a fase operacional, os fluxos de pagamentos previstos serão todos de contraprestação variável com base no valor estabelecido por hectare, conforme detalhado no contrato entre as partes.

A seguir, um resumo dos valores contábeis na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2022 e 2023:

	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.853.983	2.164.829
Despesa com depreciação	(30.770)	-
Despesas com juros	-	136.263
Pagamentos	-	(7.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.823.213	2.293.243
Despesa com depreciação	(26.571)	-
Despesa com juros	-	92.357
Correção/atualização	(628.159)	(628.159)
Pagamentos	-	(8.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.168.483	1.749.261
Circulante	-	1.894
Não circulante	1.168.483	1.747.367

A seguir, é apresentado o fluxo nominal do contrato de arrendamento, sem considerar reajustes futuros e o desconto a valor presente.

	Fluxo nominal - passivo de arrendamento
De 1 a 10 anos	1.488.651
De 11 a 20 anos	1.726.366
De 21 a 30 anos	1.726.366
Superior a 30 anos	4.181.459

7. Fornecedores e contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores mercado nacional	56.193	49.991
Total de fornecedores e contas a pagar	56.193	49.991

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

8. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição de terceiros retida	2.072	3.505
Total de obrigações tributárias	2.072	3.505

9. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 não existiam processos considerados como probabilidade de perda provável e possível.

10. Capital social

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de 1.869.159 (2022 é de R\$ 366.439), e está composto da seguinte forma:

	Participação	Quotas
Irecê H1 Participações S.A	99,99%	1.869.158
ILLIAN Energias Renováveis S.A	0,01%	1
Total de obrigações tributárias	100%	1.869.159

No dia 13 de junho de 2023 foi realizado uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, referente ao aumento do capital social da Sociedade que passou de R\$ 366.439 para R\$ 1.869.159 mediante a integralização do AFAC no montante de R\$ 1.502.720.

b) Prejuízos acumulados

Atualmente a Sociedade apresenta prejuízo acumulado em suas operações.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2023 e 2022 houve a constituição de AFAC, conforme apresentado a seguir, sua integralização ocorreu em 30 de abril de 2024.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	810.106	1.502.720
Total de AFAC	810.106	1.502.720

11. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços contratados	675.912	272.744
Taxas bancárias	1.868	302.472
Viagens e estadias	31.131	40.018
Depreciações e amortizações	31.441	35.948
Impostos e taxas diversas	39.827	39.495
Indenizações (a)	170.778	-
Total de despesas administrativas e gerais	950.957	690.678

(a) Trata-se de indenizações pagas aos proprietários dos terrenos onde passará a linha de transmissão para a construção da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Solar Irecê.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

12. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Despesas com juros sobre arrendamento	93.542	136.657
Total de despesas financeiras	93.542	136.657
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	(279)	-
Total de receitas financeiras	(279)	-
Resultado financeiro líquido	93.263	136.657

13. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14. Eventos subsequentes

A Sociedade obteve em 31 de outubro de 2023 a aprovação, no Comitê Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), da concessão de crédito no valor total de R\$ 230.175.000,00 (duzentos e trinta milhões, cento e setenta e cinco mil reais). Este valor será utilizado para a construção da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Solar Irecê. A contratação do financiamento de longo prazo está prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2024. As obras de implantação estão previstas para iniciar no segundo trimestre de 2024, com previsão de início da operação comercial no segundo trimestre de 2025.

* * *